

**REFLETINDO SOBRE QUESTÕES DE GÊNERO E
DIVERSIDADE EM CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
INFANTIL DE IRATI/PR.**

Denis Cezar Musial⁴⁷

Tainá Ribas Melo⁴⁸

Marcos Claudio Signorelli⁴⁹

RESUMO

O presente artigo tem como propósito tecer reflexões sobre experiência de formação continuada realizada com os/as educadoras/as do Centro Municipal de Educação Infantil (CMEIs) de Irati-PR, tendo como recorte temático o processo de construção de masculinidades e feminilidades no ambiente escolar. A metodologia do estudo foi qualitativa, consistindo em roda de conversa com os/as educadores problematizando os conceitos gênero, identidade, orientação sexual, identidade de gênero, homofobia e diversidade através de estudos de casos, filmes e dinâmicas que refletissem sobre abordagens e estratégias de intervenção no respeito a singularidade de cada sujeito. Esse trabalho foi desenvolvido com base em uma atividade de intervenção, proposta como parte integrante do último módulo do Curso de Aperfeiçoamento em “Gênero e Diversidade na Escola (GDE)” pela Universidade Federal do Paraná.

Palavras-chave: Gênero. Diversidade. educação infantil.

ABSTRACT:

47 Graduado em Serviço Social pela Faculdades Integradas do Vale do Iguaçu (UNIGUAÇU), especialista em Trabalho Social com Famílias e Mestrado em andamento pelo Programa Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário da Universidade Centro-Oeste, campus Irati-PR. Assistente Social do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

48 Mestre em comportamento motor pelo Departamento de Educação Física da Universidade Federal do Paraná, possui pós-graduação em “Intervenção em Neuropediatria” pela UFScar (2005) e graduação em Fisioterapia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Atualmente concursada pela Prefeitura Municipal de Paranaguá, docente Pediatria da UNIANDRADE, professora de pós em neurologia da IBRATE e tutora do curso de capacitação EAD sobre Gênero e Diversidade d UFPR.

49 Atualmente é professor Adjunto II dos cursos de Graduação em Fisioterapia e do Bacharelado em Saúde Coletiva e Professor Orientador do Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em Desenvolvimento Territorial Sustentável da Universidade Federal do Paraná. Coordena a Especialização em Gênero e Diversidade na Escola (GDE)/UFPR. É tutor do PET/Ministério da Saúde- Redes de atenção às pessoas com deficiência. Possui graduação em Fisioterapia pela Universidade Regional de Blumenau-FURB; Mestrado em Fisiologia, pela Universidade Federal do Paraná (2006); Doutorado em Saúde Coletiva pela Universidade Federal de São Paulo/ Escola Paulista de Medicina- UNIFESP (2011).

This article aims to weave reflections on continuing education experience performed with the / educators / the Municipal Center for Early Childhood Education (CMEIs) Irati-PR, with the thematic focus the process of construction of masculinity and femininity in the school environment . The study methodology was qualitative, consisting of conversation wheel with / as educators questioning the gender concepts, identity, sexual orientation, gender identity, homophobia and diversity through case studies, movies and dynamic to reflect on approaches and strategies intervention respecting the uniqueness of each subject. This work was developed based on an intervention activity, proposed as part of the final module of the Training Course on "Gender and Diversity at School (GDE)" from the Federal University of Paraná.

Keywords: Gender. diversity. child education.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo refletir sobre uma experiência de formação continuada realizada com os educadores do Centro Municipal de Educação Infantil (CMEIs) de Irati-PR, problematizando aspectos conceituais, tais como, gênero, identidade, orientação sexual, identidade de gênero, homofobia e diversidade e sua construção no ambiente escolar.

Conceituar gênero é entender que o termo busca desconstruir “papéis socialmente construídos por homem e mulher”, rompendo com a natureza dos sexo masculino e feminino.

Com as palavras de Marcos Cláudio Signorelli:

O uso da categoria de análise “gênero” passou a permitir que pesquisadoras e pesquisadores não só focalizassem as relações entre homens e mulheres, mas também as relações entre homens e relações entre mulheres, incrementando a percepção das desigualdades entre o masculino e o feminino como uma construção social e ao mesmo tempo, problematizando o que é

natural, no sentido de inato e instintivo, para cada um dos sexos (SIGNORELLI, 2011, P. 105-106).

Isso significa que as construções sociais e representações do que sejam características masculinas e femininas baseadas nas diferenças entre os sexos, torna-se possível abandonar a explicação da natureza. Assim, se desde pequena a menina brinca de casinha e boneca, isso não se deve ao instinto materno e, sim, a uma construção e representação social.

Apesar de essa construção social ter estado sempre presente na humanidade de diferentes formas e contextos, podemos reconhecê-las para a cristalização da diversidade. Diversidade que se manifesta de olhares multifacetados no respeito as particularidades do sujeito e suas histórias de vida.

Afirma o livro de conteúdo de Gênero e Diversidade na Escola (GDE), versão 2009:

No Brasil, nos deparamos com uma riqueza cultural extraordinária: 200 povos indígenas falando mais de 180 línguas diferentes. Cada nação indígena possui a sua maneira de particular de ver o mundo, de organizar o espaço, de construir a sua casa e de marcar os momentos significativos da vida de uma pessoa. Longe de constituírem um todo homogêneo, os povos indígenas possuem particularidades culturais de cada grupo, embora haja uma série de características que os aproximem quando comparados com a sociedade nacional. Há mais de 2.200 comunidades remanescentes de quilombos no Brasil, com características geográficas distintas, com diferentes meios de produção e de organização social. (GDE, 2009, p. 21).

Observa-se que para consolidar-se a diversidade, deve-se ter indagações sobre estereótipos, preconceitos e discriminações existentes no tecido social, categorias excludentes e que demonstram relações de poder e status para os sujeitos que praticam.

Se você é gay, é pecado ou é doente. Se você é bissexual, é confuso. Se você é muito magro, usa drogas. Se ela tem muitos amigos homens, é biscate. Se ele tem muitas mulheres amigas, é

viado. Será que vamos viver num mundo sem rótulos e sem preconceitos?

Ao provocar esse debate sobre diversidade, reforça a relevância dos estudos para problematizar o processo de masculinidade nos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs), combatendo múltiplas violências e no respeito ao desenvolvimento da criança e sua orientação sexual e identidade de gênero.

Este artigo surge como proposta socializadora do último módulo do curso de aperfeiçoamento de “Gênero e Diversidade na Escola” da Universidade Federal do Paraná.

METODOLOGIA:

A metodologia utilizada para elaboração deste artigo constou de duas fases de pesquisa: a primeira consistiu em pesquisa teórica, construindo uma revisão bibliográfica sobre os conceitos que exige o posicionamento teórico do autor. O percurso do conhecimento é seguido pelo investigador Edgar Morin (2003) que ressalta a importância dos saberes, permitindo-lhe ligação e sentido entre os saberes para tratar os problemas cada vez mais polidisciplinares, planetário e complexos (2003, p. 13-21). No entanto, a escolha metodológica, corresponde com a necessidade e o objeto de estudo. A partir daí, define, nessa ordem, o método ou métodos, as estratégias, as técnicas, os procedimentos (MINAYO, 2008, p. 187-188).

Afonso e Abade (2008) enfatizam que as rodas de conversa são espaços de reflexão sobre o fazer profissional e projetos de vida, compartilhando histórias de vida no fortalecimento do diálogo entre os integrantes e pensar em ações que busquem o respeito pelas questões de gênero diversidade.

Já a pesquisa de campo consistiu em um ambiente de expressões subjetivas e interações com o objeto de estudo, apresentando um conhecimento empírico a ser estudado conjuntamente com o conhecimento teórico na compreensão das relações sociais e culturais de determinado espaço. (DESLANDES, 1994, p. 53-54).

A experiência relatada neste texto foi conduzida em um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) de Irati (PR), tendo como público-alvo educadores/as e trabalhadores/as dessa instituição pública. Para preservar a identidade das pessoas que participaram da pesquisa, não serão identificados os sujeitos, tampouco a unidade escolar, para garantir o anonimato dos/as participantes.

RELATO DE EXPERIÊNCIA:

A intervenção proposta neste relato foi executada em abril de 2014, nas dependências do salão da secretaria de Educação e estratificada em dois períodos: matutino e vespertino. No período matutino participaram 30 (trinta) educadores e no período vespertino também participaram outros 30 (trinta) educadores, de ambos gêneros masculino e feminino, considerando que, a maioria dos sujeitos eram do universo feminino. A faixa etária dos/as educadores/as que participaram da experiência variava entre 25-50 (vinte e cinco e cinquenta) anos e de uma pluralidade de áreas de formação, tais como, Pedagogia, Biologia, Filosofia, Psicologia, História, Matemática, Letras (ressalta-se que é exigido formação em Pedagogia ou magistério para poder ser educador nas séries iniciais), entre outras. A estratégia teve como ponto de partida algumas reflexões, tais como: *“Como definimos gênero? Quando falamos de gênero, estamos falando de sexo e sexualidade? Quando falamos de gênero, fomentamos apenas questões voltadas para a mulher? Como evidenciamos questões de gênero no CMEIs?”*. Essas indagações

foram fundamentais para fomentar a discussão entre os educadores, ressaltando que já houve vários relatos de professores sobre meninos que “*tinham certos comportamentos femininos, tais como, brincavam de boneca*”, segundo as palavras dos/as próprios/as educadores/as. Tais observações de campo encontram eco em outras premissas, tais como explana Vera Lúcia de Oliveira Gomes(2006) numa entrevista que ela fez:

“ têm umas guriinhas que pedem: “tia deixa eu jogar bola, deixa...” Eu digo não, vamos brincar de boneca e eu pego, sento no chão com elas e tento fazer elas brincarem de boneca e de casinha. É difícil, vem de casa, não adianta. Até no cruzar as pernas, tem uma guriinha que cruza como homem e vou, e digo: não, não cruza assim, tu tem que cruzar desse jeito ó [...]” (GOMES, 2006, p. 39).

Nesta linha de reflexão, houve relatos de educadores sobre histórias de vida que possuíam homossexuais em suas famílias e os pais rejeitavam pela sua orientação sexual. Na palavra da educadora: “*tenho uma sobrinha de 17 anos que ela gostava de menina, e os pais dela não aceitavam que ela namorasse uma menina, ela fugia direto de casa, principalmente nos finais de semana, para poder encontrar a namorada, os pais dela queriam levar ela no psicólogo para ajudar ela nessa fase*” (sic).

Neste relato da educadora fica bastante evidente como ainda a Homossexualidade é vista como uma “coisa” patológica, ressaltando que, a Homossexualidade foi retirada do Código Internacional de Doenças (CID) desde 1975 (OLIVEIRA; 2001, p. 93). Outro aspecto importante de destacar seria a realização de ações voltadas para as famílias que abordem questões da diversidade sexual, como um espaço de acolhimento e construção de respeito e dignidade na legitimidade da diversidade sexual dentro dos ambientes familiares.

Afirma Louro (1997):

É necessário demonstrar que não são propriamente as características sexuais, mas é a forma como essas

características são representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou se pensa sobre elas que vai constituir, efetivamente, o que é feminino ou masculino em uma dada sociedade em um dado momento histórico. Para que se compreenda o lugar e as relações entre homens e mulheres numa sociedade, importa observar não exatamente seus sexos, mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre os sexos. O debate vai se constituir então, através de uma nova linguagem, na qual gênero será um conceito fundamental. (LOURO, 1997, p. 21).

Isso significa que inculcar nas crianças “comportamentos heteronormativos” muitas vezes são esperados por muitas professoras, relacionando esses comportamentos com os estereótipos do sexo biológico. As escolas brasileiras organizam seus currículos em paradigmas dominantes na sociedade, tudo que é diferente desse modelo é considerado inferior e é vítima de desigualdades.

Compreende-se Heteronormatividade a preservação do casamento e a família formada afetivamente e sexualmente por homem e mulher, bem como, a reprodução e a perpetuação da espécie (MELLO, 2005).

Neste debate, surgiram questões estruturais do ambiente escolar, com dúvida de uma professora, “*e se a pessoa fosse um transexual, qual banheiro é adequado para ela utilizar?*” (Sic). Diante disso, foi se necessário fazer uma análise conceitual de Identidade de gênero e orientação sexual, da qual citamos os princípios de Yogyakarta (2007), uma legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero:

- 1) Compreendemos orientação sexual como uma referência à capacidade de cada pessoa de ter uma profunda atração emocional, afetiva ou sexual por indivíduos de gênero diferente, do mesmo gênero ou de mais de um gênero, assim como ter relações íntimas e sexuais com essas pessoas.
- 2) Compreendemos identidade de gênero a profundamente sentida experiência interna e individual do gênero de cada pessoa, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído no nascimento, incluindo o senso pessoal do corpo (que pode envolver, por livre escolha, modificação da aparência ou função corporal por meios médicos, cirúrgicos ou outros) e outras expressões de

gênero, inclusive vestimenta, modo de falar e maneirismos. (YOGYAGARTA, 2007, p. 6).

Percorrendo esse trajeto, ressalta-se uma orientação pedagógica nº 001/2010 do departamento de diversidade da secretaria de estado da educação do Paraná que orienta os estabelecimentos da rede de educação pública estadual quanto ao uso do banheiro:

Quanto ao uso do banheiro, orienta-se que os/as transexuais e travestis utilizem o banheiro das/dos alunas/os de acordo com a identidade de gênero que apresentam. Ressalta-se que a arquitetura da escola não precisará sofrer qualquer alteração, ou seja, não é preciso construir um terceiro banheiro, bem como, também não se orienta que os/as alunos/as travestis e/ou transexuais utilizem o banheiro das/os professoras/es ou deficientes. (DEDI-SEED, 2010).

Neste percurso, destaca-se a importância de realizar ações com as crianças dos centros municipais de educação infantil abordando a temática gênero e diversidade como estratégia de prevenção a situações de violência de gênero.

Elizabeth Zambrano (2011) destaca como as escolas vêm sendo um espaço institucional de exclusão dos transexuais e travestis, agredidos pelos colegas e educadores diante da “aparência monstruosa”, sendo forçados a deixarem o ambiente escolar pela frequência de insultos e agressões que são vítimas.

Luiz Ramires (2011) em sua pesquisa destaca que uma das primeiras áreas que o governo teria que atuar no combate ao preconceito em relação a sua orientação sexual e identidade de gênero seria na escola, tendo a percepção deste ambiente lotado de desigualdades sociais, bem como, um espaço de construção de respeito a diversidade e transformação social.

Convém lembrar-se da importância do debate para a legitimidade nos ambientes escolares do nome social, reconhecendo a

identidade de gênero do sujeito, isto é, como ele/ela identifica-se socialmente, rompendo com o significado biológico.

Com base nessa perspectiva, nota-se como é fundamental que os Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) representados pelo educadores e equipe técnica problematizem os recursos escolares existentes e seus projetos políticos-pedagógicos e contemplem ações que cristalize a diversidade sexual.

As pesquisas que abordam a questão de gênero estão circunscritas à área da educação infantil; à análise dos livros didáticos e conteúdos escolares; a pesquisas sobre os significados masculinos e femininos das identidades, da formação e do trabalho docentes; sobre a reprodução de estereótipos sobre as crianças, jovens e adultos nas relações e nas políticas escolares, entre outros. (ROSEMBERG, 2001, p. 56).

No entanto, percebe-se que muitos educadores demonstram sentimentos de insegurança e medo em trabalhar essas questões com crianças dos centros municipais de educação infantil, da qual, uma professora traz a seguinte questão: *“tudo o que trabalha com as crianças eles relatam para os pais, qual será a reação dos pais em saber que a escola está trabalhando questões de gênero e diversidade, isso não seria um ponto de incentivo para as crianças”* (sic).

Após esse questionamento, foi fundamental trabalhar com o grupo de educadores os mitos que envolvem o trabalho voltado para a temática gênero e diversidade em âmbito educacional e estratégias de intervenção na implantação de uma política de formação continuada para os educadores com a inclusão do tema gênero e diversidade.

Na sequência, foi trabalhado um quadro elaborado pela autora Mariana de Oliveira Faria (2009) que demonstra com clareza alguns mitos existentes na sociedade em relação ao processo de desenvolvimento de uma criança que é cuidado por um casal homoafetivo.

MITOS	ESCLARECIMENTOS: DADOS DE LITERATURA
<p>“Os homossexuais são pessoas desajustadas ou sofrem de distúrbios e por isso não poderiam criar uma criança”</p>	<p>Desde a década de 1970 a homossexualidade deixou de ser considerada doença ou distúrbio, passando a ser considerada um modo de ser. Além disso, outras pessoas que não são homossexuais podem apresentar distúrbios sem que eles tenham relação com a orientação sexual.</p>
<p>“Os homossexuais tendem a abusar sexualmente das crianças”</p>	<p>Não há nenhum indício de que pessoas com orientação sexual homossexual abusem mais de crianças que pessoas com orientação sexual heterossexual.</p>
<p>“Se a criança for criada por homossexuais, ela também será homossexual”</p>	<p>Não há relação direta entre a orientação sexual dos pais, seja esta homossexual, bissexual ou heterossexual, e a que filhos terão na vida adulta.</p>
<p>“A criança perderá a noção de diferença entre os sexos por ser criada por dois pais ou duas mães”</p>	<p>A criança poderá construir a noção de diferença entre os sexos por meio de suas relações sociais em geral; os modelos feminino e masculino não se restringem apenas às figuras físicas de pai e de mãe”</p>
<p>“É prejudicial para o desenvolvimento da criança o contato exclusivo com apenas um tipo de papel sexual: paterno ou materno”</p>	<p>Como já foi dito, os exemplos de papéis sexuais extrapolam os modelos de pai e mãe; além disso, os papéis sexuais maternos ou paternos independem de sexos biológicos e podem ser assumidos tanto por homens quanto por mulheres, na sociedade em geral.</p>
<p>“As crianças vão ter problemas em seu desenvolvimento”</p>	<p>Não há diferenças significativas no desenvolvimento físico e psicossocial entre filhos criados por pessoas gays e lésbicas e filhos criados por pessoas heterossexuais. Além disso, possíveis diferenças podem até ser identificadas, mas não são atribuídas às características da orientação sexual dos cuidadores e, sim, às condições diversas como: orgânicas, econômicas, educacionais, sociais, etc.</p>
<p>“As crianças criadas por casais homossexuais irão sofrer mais por terem que lidar sempre com a questão do preconceito social”</p>	<p>O sofrimento diante da discriminação social em relação a algum tipo de preconceito não se restringe à orientação sexual, mas a diversos outros fatores igualmente estigmatizantes, como raça, etnia, deficiências, pobreza, etc.</p>

Fonte: FARIAS, Mariana de Oliveira. **Adoção por homossexuais: a família homoparental sob o olhar da psicologia jurídica.** Mariana de Oliveira Farias, Ana Cláudia Bortolozzi Maia. Curitiba: Juruá, 2009: 87-88.

Utilizou-se o vídeo “Acorda Raimundo” o qual estimula a reflexões sobre a tradicional construção da masculinidade. O vídeo aborda a história de uma família trabalhadora que faz uma “inversão dos papéis sociais”. O homem “sonha” que a mulher é responsável pelo trabalho e sustento da casa, enquanto, o homem fica responsável pelos afazeres domésticos. A curta-metragem provocou os educadores a questionar os papéis socialmente construídos. Na fala de uma educadora “*tenho um amigo meu que é cabelereiro e ele é muito discriminado pelos amigos, por sua profissão, dizem para ele que deveria largar de ser cabelereiro e achar uma profissão de “macho”*”. (sic).

Para refletirmos, Citelli (2005) coloca que usando o conceito de gênero podemos desnaturalizar relações postas como naturais e evidenciar o caráter social e cultural presentes na hierarquia entre os gêneros e que vem favorecendo o gênero masculino, visto que, o que é considerado natural não pode ser mudado, já fatores sociais e culturais além de poderem ser alterados, podem corrigir as desigualdades postas. Desta forma, o filme Acorda Raimundo trouxe provocações e reflexões no que diz respeito a construções sociais e representações do que sejam características consideradas masculinas e femininas baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e torna-se possível abandonar a explicação da natureza como a responsável pela grande diferença que existe em relação aos comportamentos e lugares ocupados por homens e mulheres na sociedade. Pois ainda, mesmo com as transformações dos costumes e valores que vem ocorrendo nas últimas décadas, ainda perduram muitas discriminações, muitas vezes ocultas, relacionadas ao gênero.

Daniela Finco (2003) acrescenta que a escola, em foco, a educação infantil contribui para o desenvolvimento da criança e nas relações de gênero, enfatizando a auto reflexão dos educadores em seus próprios símbolos e histórias, concebendo uma pluralidade de olhares e possibilidades de direções para uma infância viva e integral.

Após o vídeo, como atividade finalizadora da capacitação, foi feito uma dinâmica intitulada “*A delícia de ser o que somos*” que traz reflexões sobre a diversidade das relações sociais e sexuais no tecido social e como rotulamos o seres humanos e como estamos preocupados em , ou seja, se há pessoa é magra é usuário de drogas, se uma mulher anda com vários rapazes é “biscate” e, esquecemos muitas vezes: o que é ser humano?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a capacitação realizada com os educadores dos Centros Municipais de Educação Infantil em Irati-PR reafirma-se a importância do trabalhar gênero e diversidade com as crianças como uma das estratégias de construção da compreensão humana, da qual, citamos Edgar Morin(2002) que afirma a importância de trabalhar a compreensão humana no ambiente escolar. *Compreender inclui, necessariamente, um processo de empatia, de identificação e projeção. Sempre intersubjetiva, a compreensão pede abertura, simpatia e generosidade (MORIN, 2002, p. 95).*

A não efetividade de uma política voltada para gênero e diversidade nos CMEIs está voltada ao rompimento de visão positivista e, depara-se com outras problemáticas que atravancam o desenvolvimento de ações em sua totalidade. Questões como ausência de formação continuada para os educadores, falta de equipe interdisciplinar na política de educação (Assistente Social, Psicólogo) e ausência na participação da comunidade no processo de planejamento do projeto político pedagógico voltado para as séries iniciais.

No entanto, nota-se que diante da formação continuada surgiram várias dúvidas e dificuldades em trabalhar com essas questões, pois, primeiro, far-se-á trabalhar com nossos próprios

valores. Percebe-se que ainda são muito institucionalizados os paradigmas dominantes e a ausência de formação continuada no município com a temática gênero e diversidade.

REFERÊNCIAS

AFONSO, M. L.; ABADE, F. L. **Para reinventar as rodas: rodas de conversa em direitos humanos.** Belo Horizonte: RECIMAM, 2008.

CITELLI, Maria Tereza. **A pesquisa sobre sexualidade e direitos sexuais no Brasil (1990-2002): revisão crítica.** Rio de Janeiro: CEPESC, 2005.

DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade/** Suely Ferreira Deslandes, Otavio Cruz Neto, Romeu Gomes; Maria Cecília de Souza Minayo (organizadora)- Petrópolis-RJ: Vozes, 1994.

FARIA, Mariana de Oliveira. **Adoção por homossexuais: a família homoparental sob o olhar da psicologia jurídica.** Curitiba: Juruá, 2009

FARIAS, Mariana de Oliveira. **Adoção por homossexuais: a família homoparental sob o olhar da psicologia jurídica.** Mariana de Oliveira Farias, Ana Cláudia Bortolozzi Maia. Curitiba: Juruá, 2009: 87-88.

FINCO, Daniela. **Relações de gênero nas brincadeiras de meninos e meninas na educação infantil.** Pro-Posições, v.14, n. 3 (42)-set.dez/2003. Disponível em: <<http://www.cppnac.org.br/wp-content/uploads/2013/07/Rela%C3%A7%C3%B5es-de-genero-nas-brincadeiras-de-meninos-e-meninas.pdf>>.

Gênero e Diversidade na Escola: Formação de professores/as em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. Livro de conteúdo. Versão 2009. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

GOMES. Vera Lúcia de Oliveira. **A construção do feminino e do masculino no processo de cuidar crianças em pré-escolas.** Texto Contexto Enferm, Florianópolis, 2006.

LOURO, Guacira. Gênero, Sexualidade e Educação. Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

MELLO, Luiz. **Novas famílias: conjugalidade homossexual no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 11^o ed, 2008.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o conhecimento**; tradução de Eloá Jacobina. 8^o ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários a educação do futuro**/Edgar Morin: tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya; revisão técnica de Edgar de Assis Carvalho, 6^o ed. São Paulo: Cortez. Brasília: UNESCO, 2002.

OLIVEIRA, Regis Fernandes de. **Homossexualidade: uma visão mitológica, religiosa, filosófica e jurídica**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011

PARANÁ, Secretaria de educação. Departamento de Diversidade. **Orientação Pedagógica nº 001/2010 SEED-DEDI**. disponível em: <<http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/orientacoes/orientacaopedagogica0012010.pdf>>.

ROSEMBERG, Fúlvia. **Caminhos cruzados: educação e gênero na produção acadêmica**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.27, n.1. p.47-68, 2001.

SINORELLI, Marcos Claudio. **Mudaram as estações...nada mudou: profissionais do Sistema Único de Saúde e mulheres vítimas de violência doméstica no litoral paranaense**. (Tese de Doutorado). Universidade Federal de São Paulo. São Paulo, 2011.

YOGYAGARTA, Príncípios. Apoio para versão em português: Observatório da Sexualidade e Política. 2007.